

FACTORES DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL EM ALCÂNTARA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A análise de uma lista de declarações profissionais

Frédéric Vidal

A relação da história com as outras disciplinas das ciências sociais é desequilibrada. Os historiadores têm, desde há várias gerações, o hábito de ir buscar conceitos ou novos objectos de estudo nas disciplinas vizinhas. O contrário é muito mais raro. A história importa, mas exporta pouco. Existe então toda uma tradição de apropriação e de distorção da parte dos historiadores de conceitos forjados sucessivamente, por ordem de aparição na cena historiográfica ao longo do século XX, pelos geógrafos, sociólogos e antropólogos. Geralmente, os historiadores têm um uso bastante flexível destes conceitos. O trabalho dos historiadores é confrontar-se com actas, práticas, estruturas sociais do passado, colocando-as nas suas dimensões diacrónicas. A aproximação conceptual está quase sempre contextualizada, o que implica a elaboração de metodologias apropriadas. É esta característica da escrita da história que vamos tentar evidenciar neste artigo, tomando como domínio de aplicação a história social da cidade.

Este campo de investigação conheceu grandes modificações nos últimos 20 anos. O aparecimento do indivíduo no campo da história social teve por consequência a elaboração de novos modelos capazes de dar conta das transformações das sociedades. Já não se procura descrever a posição e os comportamentos de indivíduos médios que poderiam dar uma visão válida dos equilíbrios sociais presentes em cada época e em cada contexto local, regional ou nacional. O novo objectivo é tentar captar a diversidade das situações individuais, e contribuir assim para a desconstrução de categorias, tais como o operariado, o bairro ou o parentesco, e para a definição de novos objectos de pesquisa, as relações interpessoais ou as inter-relações entre indivíduos, meios sociais, sistemas socioculturais, formas de poder.

As novas aproximações adoptadas pela história devem muito à influência de algumas escolas ou tradições sociológicas ou antropológicas: as escolas de Chicago ou de Manchester, a sociologia interaccionista ou configuracionista. O modo de recepção foi muito diversificado, como eram diversificadas as próprias fontes de inspiração.¹ Não é fácil encontrar uma unidade em estudos que tratem de assuntos tão diferentes como as migrações, as mobilidades dentro da cidade ou entre o campo e a cidade, as elites, os processos de construção das identidades profissionais, as relações entre populações e espaços na cidade, entre outros. A unidade reside mais na metodologia, ou na maneira de conceber a investigação. A história teve de

1 O uso sistemático do termo “escola” não deve fazer esquecer a diversidade das tradições e das práticas científicas (Abbott, 1999; Chapoulie, 2001; e para uma recensão crítica destas duas publicações, Topalov, 2003).

encontrar uma via própria porque constrói os seus saberes essencialmente com base na análise de fontes escritas arquivadas, ou seja, testemunhas não modificáveis. Os historiadores que adoptam estas aproximações empenham-se em reconstituir partes de existências individuais, com base em documentos geralmente banais mas que são neste caso vistos noutras perspectivas (Backouche e Kott, 2002). São então fragmentos de vidas, vestígios esparsos que têm que ser reunidos. O conhecimento nasce de uma reconstituição parcial de posições, de práticas e de relações à escala do indivíduo. Do modo de associação dos dados recolhidos depende a orientação dos resultados. Por isso emergiu pouco a pouco uma outra maneira de escrever a história: uma história que tem uma vertente experimental (Boureau e Milo, 1991; Milo, 1991), que progride numa série de experiências e de fases de controlo, onde o trabalho de crítica das fontes está inteiramente integrado no processo de construção dos saberes.

É esta abordagem que escolhemos num estudo sobre o bairro de Alcântara.² Esta investigação tem por objectivo descrever e analisar um meio social típico de um espaço urbano industrializado.³ Na alvorada do século XX, a imagem do bairro de Alcântara está impregnada pelo processo de industrialização que, nesta zona da capital portuguesa, foi particularmente activo durante os decénios anteriores. No entanto, a industrialização não derrubou tudo na sua passagem. Apesar da presença de algumas grandes fábricas — uma das mais conhecidas é a CUF que, todavia, a partir dos anos 10, se desenvolve essencialmente na margem sul do Tejo —, Alcântara é sobretudo um lugar de expansão de uma economia de aglomeração (Hohenberg e Lees, 1995), cuja actividade industrial está intimamente ligada ao ambiente urbano imediato: uma actividade de transformação, de transporte ou de comercialização de bens de consumo para um mercado local. Do ponto de vista do perfil social dos habitantes, nesta época, Alcântara tem, provavelmente, as características de um bairro popular de uma grande cidade europeia, marcado pela presença de uma população socialmente bastante diversificada, apesar do domínio da componente operária.

Na realidade não existem fontes para seguir com rigor a evolução da composição socioprofissional da população de Alcântara, entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX. Esta falha, comum à maior parte dos bairros lisboetas, constituiu, até agora, um obstáculo dificilmente ultrapassável pelos investigadores que se interessavam pela história social da capital portuguesa. No nosso caso, a fonte escolhida — os registos paroquiais e civis, mais particularmente os registos de baptismo e de nascimento — não parecia proporcionar, ao princípio, uma riqueza suficiente para alcançar plenamente os nossos objectivos. Estávamos

2 Este artigo retoma algumas conclusões de uma tese de doutoramento defendida na Universidade Lumière Lyon 2, em Junho de 2003 (Vidal, 2003). Esta pesquisa recebeu o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

3 O bairro é definido como um meio (*milieu*) social, isto é, um “lugar de uma convergência não intencional entre uma pluralidade de trajectórias que conduz a uma solidariedade de efeitos” (Rémy, 1998). A nosso ver, a noção de *milieu* de Jean Rémy não está muito longe da de “quadro de interacção” proposta por António Firmino da Costa (1999).

sobretudo interessados em descrever relações entre indivíduos que partilhavam um mesmo espaço residencial mas conheciam diferentes graus de proximidade ou de distância social entre eles. O dispositivo de observação é rudimentar. Recolhemos as declarações dos casais que moravam na Rua da Cruz ou na Rua Feliciano de Sousa, entre 1900 e 1910 (registos de baptismo) e entre 1930 e 1939 (registos de nascimento). Trabalhámos com base num total de 1082 declarações, que correspondem a 809 casais, para as duas ruas e os dois períodos.⁴

No cerne desta investigação, há a ideia de que a ocupação de cada indivíduo — por enquanto tratamos das ocupações masculinas, na ausência de informação sobre as ocupações das mulheres — tem, de uma maneira ou de outra, segundo modalidade que teremos que analisar, um papel central na elaboração de factores de distinção entre indivíduos ou grupos de indivíduos num meio social como o de Alcântara. Pensamos que, a esta escala, existem formas de estratificação do social que se traduzem por comportamentos relacionais diferenciados. O objectivo deste artigo é relativamente simples. Trata-se de descrever um processo que conduziu à formulação e à crítica de uma hipótese de investigação. Este processo desenrola-se em três tempos: a confrontação com a informação recolhida nos documentos; a tomada de distância e a tentativa de busca de uma grelha de leitura apropriada; o controlo e a reformulação da hipótese.

A confrontação

Num primeiro tempo, as declarações profissionais dos pais, feitas na ocasião de um baptismo ou de um nascimento, foram recolhidas sem estabelecer qualquer tipo de agrupamento. Por exemplo, diferenciámos declarações como “empregado no caminho-de-ferro” e “empregado na companhia de caminho de ferro”.

As listas de declarações obtidas permitem registar os rastros de uma paisagem social bastante diversificada. Para os dois períodos, foram recolhidas 166 declarações diferentes. O leque parece reduzir-se na Rua da Cruz e é estável na Rua Feliciano de Sousa entre os dois períodos. Obviamente, a frequência de cada declaração é bastante irregular. Uma única declaração, a de trabalhador, ultrapassa sistematicamente o limiar dos 20%, em cada rua e cada época. Na Rua da Cruz e nos anos 30, os empregados de comércio correspondem a mais de 10% das declarações. Uma pequena dezena de profissões corresponde a entre 2% a 5% das declarações (caldeieiro, marítimo, pedreiro, serralheiro, carpinteiro, operário). Por fim, um pouco menos de 1/3 das profissões são declaradas por um ou dois indivíduos. Globalmente, estamos em presença de uma repartição de tipo paretiano que verifica a lei dos 20/80: neste caso, 80% dos indivíduos declaram exercer 20% das profissões (Blum e Gribaudi, 1990 e 1993; Guerreau, 1993).

O que nos ensinam estas listas? Na primeira metade do século XX, a Rua da Cruz e a Rua Feliciano de Sousa são ruas populares, onde se cruzam operários mais

4 Para os pormenores da metodologia, pode-se consultar Vidal (2003), nomeadamente o capítulo 3.

ou menos qualificados, membros do mundo do pequeno comércio, artesãos, empregados do sector privado ou do estado, membros do exército ou dos diferentes serviços de segurança pública (bombeiros, polícia, guarda fiscal). Obviamente, com um pouco de atenção, é possível elaborar um retrato mais complexo das características da composição socioprofissional desta população e da sua evolução: a dominância de sectores de actividade relativamente bem definidos (a metalurgia, a construção civil, o comércio); a forte presença de indivíduos sem qualificação profissional (os “trabalhadores”, cuja proporção parece diminuir entre as duas épocas); a lenta emergência dos empregados do sector terciário, nos anos 30, que se observa com a presença mais numerosa dos “empregados”, “empregados de escritório” ou “dactilógrafos”. Num outro plano, se comparamos as listas obtidas na década de 1900 e anos 30, algumas mutações técnicas são também visíveis: aparição de novas profissões (electricista) e desaparecimento de outras (condutor dos americanos). Uma grande variedade de fenómenos é perceptível, mas sempre de uma forma muito parcelar e isolada.

Com estas informações, estamos confrontados com três grandes tipos de dificuldades, em geral, já recenseadas pelos autores que analisaram listas similares (Blum e Gribaudi, 1990 e 1993; Guerreau, 1993; Motte e Pelissier, 1992). A primeira dificuldade é talvez a mais óbvia. Prende-se com a evolução dos usos do vocabulário e da terminologia ocupacionais. Nos anos 30, um *chauffeur* ou *chofer* conduz um veículo. No século XIX e, provavelmente, ainda nos anos 1900, este termo designa geralmente a pessoa encarregada do abastecimento de uma máquina a vapor. Como ter a certeza dos usos em curso em Alcântara e no meio social estudado durante a primeira metade do século XX?

A segunda dificuldade tem também a ver com o conteúdo da declaração. Afinal qual é a informação declarada? Esta lista de declarações faz referência a ofícios (serralheiro, caldeireiro, pedreiro), a níveis de qualificação ou graus de especialização (ajudante de serralheiro, caldeireiro de ferro), a estatutos profissionais (empregado, operário), a estatutos sociais (proprietário). São vários níveis de estruturação do meio social que estão aqui combinados: económico (sector de actividade), social (estatuto ou função), técnico (o ofício, a especialização) (Motte e Pelissier, 1992). Ao responder à questão: “qual é a sua profissão?” cada indivíduo pode escolher privilegiar um desses níveis de estruturação. Com certeza, o teor de cada informação declarada permite elaborar uma tipologia, como acabamos de o fazer, rapidamente. Todavia nenhum critério é absoluto. Um mesmo termo pode designar um operário ou um artesão independente. A partir da terminologia ocupacional utilizada nestes documentos, o nível de qualificação não pode ser sempre determinado com precisão. A um nome específico não corresponde sistematicamente uma qualificação real. Algumas denominações ocupacionais designam a especialidade de um estabelecimento industrial e não a dos trabalhadores: os “bolacheiros” possuem um real saber-fazer ou são simplesmente operários pouco qualificados de uma fábrica de bolachas?

A terceira dificuldade é a mais delicada. Prende-se com as condições do acto declarativo. As informações sobre as situações ocupacionais individuais emanam de declarações espontâneas. Tendo em conta a presença da assinatura nos registos,

podemos considerar que, na maior parte dos casos, estas declarações são feitas pelos indivíduos em questão. Porém são sujeitas a numerosos efeitos de distorção em função dos declarantes e das suas intenções no momento da redacção dos registos: pode haver imprecisão, omissão, sobreavaliação ou, provavelmente com mais raridade, subavaliação da situação profissional. Nada prova que o autocontrolo exercido pelas pessoas presentes no momento da declaração — as testemunhas ou, neste caso, os padrinhos — seja suficiente para garantir a exactidão das informações que chegaram até nós. Este autocontrolo não é da mesma natureza pelos lisboetas de raiz e pelos recém-chegados a Alcântara. Pierre Bourdieu resume uma parte do problema com a fórmula inspirada de um velho provérbio francês: *“quem se casa longe de casa, ou engana ou está enganado”* (Bourdieu, 1980: 253). Em função dos percursos individuais, do modo de inserção no meio urbano, da duração da presença neste meio, a qualidade e a natureza da informação fornecida sobre a situação ocupacional podem ser muitos variáveis. Por fim, estes tipos de declarações são também função da percepção que cada indivíduo tem da sua posição social.

Uma grande parte destes fenómenos está fora do nosso alcance. Estas listas de declarações podem ser aparentadas a uma taxinomia indígena. Caracterizam-se pelo facto de serem redundantes, flutuantes, de uma ampliação indeterminada e incluírem uma ordem hierárquica, mas apenas de uma maneira implícita, parcial e mais ou menos aleatória (Guerreau, 1993). Testemunham das lógicas afectivas descritas por Émile Durkheim e Marcel Mauss (1903). Tais lógicas fazem com que estas declarações profissionais não possam ser exclusivamente analisadas em função de critérios técnicos, económicos ou sociais. Os sentimentos individuais, ou partilhados à escala local ou nacional, afectam também as identidades e as distinções estabelecidas com base em critérios ocupacionais. Todavia, a natureza da nossa fonte levanta um outro tipo de interrogação. Para além dos modos de construção de tais taxinomias ocupacionais indígenas, as actas de declaração e de transcrição põem problemas. Estamos a pôr em causa a função das declarações como modo de registo espontâneo e directo das existências. As informações contidas nos registos de baptismos e de nascimentos são inscrições, isto é, segundo a definição de Paul Ricoeur, *“marcas exteriores adoptadas como apoio e transmissor (relais) para o trabalho da memória”* (Ricoeur, 2000: 183).⁵ Entre a declaração e a “prova documentária”, existe um processo de arquivagem e de transformação da memória, onde intervêm vários actores com finalidades muito variáveis: o declarante, a pessoa encarregada de recolher as declarações — um eclesiástico na década de 1900, um funcionário público nos anos 30 —, as testemunhas... Este processo é particularmente visível quando se trata de registar a profissão das mulheres, mães ou madrinhas: na década de 1900 a maior parte não têm profissão, nos anos 30 elas são todas — sem nenhuma excepção — domésticas. Aqui estamos, manifestamente, em frente de um processo de alteração de registos de situações individuais, obviamente muito mais diversificadas. Do lado dos homens, a diversidade relativa das declarações não deve fazer

5 Ver também os comentários de A. Blum e M. Gribaudi (1993).

esquecer que processos idênticos intervêm. Sobre as intenções dos diferentes actores e sobre os seus modos de intervenção sabemos pouca coisa.

Consideradas de maneira isolada, estas declarações não permitem ultrapassar um discurso tautológico do estilo: num meio popular cruzam-se indivíduos de várias faixas sociais mas com uma dominante que provém dos grupos populares. Porém acabamos de apontar uma série de fenómenos que permitem sublinhar a dimensão relacional dos processos de enunciação das situações ocupacionais. Uma dimensão relacional em dois sentidos: relações interindividuais entre os diferentes actores presentes; relações com contextos locais, mas também supralocais ou nacionais, específicos.

A distanciação

As lógicas declarativas

O interesse de ter escolhido os registos de baptismo e de nascimento é usufruir da possibilidade de analisar sequências de declarações efectuadas por um mesmo indivíduo, que regista vários nascimentos ou baptismos durante o período de observação. Falamos então de declarações múltiplas. Podemos conceber um controlo destas declarações. Nas duas ruas e nas duas épocas, um mínimo de 38% e um máximo de 46% das declarações são controláveis, isto é, podem ser comparadas a outras declarações efectuadas pelo mesmo indivíduo.

As declarações múltiplas de profissão, efectuadas numa parcela de tempo relativamente curta — um máximo de dez anos —, permitem contemplar fenómenos de mobilidade ou de instabilidade profissional. Através delas, podemos também esperar sublinhar a ambiguidade das denominações utilizadas, sem que seja sempre possível discernir o que tem a ver com as características próprias do universo social estudado ou com as imprecisões e as deformações relacionadas com a natureza da fonte.

Estabelecemos então sequências de declarações que chamamos instáveis, considerando que duas declarações profissionais são idênticas apenas quando cada termo é idêntico. Estas sequências estão agrupadas no quadro 1, segundo uma ordem cronológica. Por exemplo, a primeira sequência do quadro corresponde ao caso de um habitante da Rua da Cruz que declarou sucessivamente, entre 1900 e 1910, exercer a profissão de empregado nos caminhos-de-ferro, depois de empregado no caminho-de-ferro, e por fim de trabalhador. Mais uma vez, é possível encontrar lógicas que dão sentido a cada sequência. Pode ter havido realmente uma mudança de profissão, de actividade, de estatuto ou de qualificação. Pode ser uma lógica que intervém ao nível do acto de declaração, de ordem psicológica ou psicossocial: ligação ou identificação mais ou menos importante com o ofício exercido, o desejo de dar uma boa imagem e, portanto, de sobrevaliar a sua posição social num determinado momento. Por fim, não podemos pôr de parte os eventuais erros ou omissões da parte do declarante ou do redactor dos registos.

Para seguir melhor o desenrolar do raciocínio, vamos apresentar alguns

Quadro 1 Sequências de declarações instáveis

1900-1910	Rua da Cruz	empregado nos caminhos de ferro / empregado no caminho de f. / trabalhador	ajudante de serralheiro / trabalhador	ajudante de caldeireiro / serralheiro / serralheiro
		soldador / soldador / operário / operário	cocheiro / guarda-freio / cocheiro / carroceiro	trabalhador / carroceiro / carroceiro
	Rua F. Sousa	soldado da Guarda Municipal de Lisboa / segundo cabo da Guarda Municipal de Lisboa	marinheiro da Armada / servente no Arsenal da marinha / contínuo / contínuo	cocheiro / condutor de carroças
		empregado no Caminho-de-ferro / empregado na Companhia de Ferro	corneteiro da Armada / músico da Armada	
1930-1939	Rua da Cruz	marceneiro / condutor de automóveis / trabalhador	marinheiro da Armada / marinheiro	empregado no comércio / comerciante / empregado no comércio
		ajudante de caldeireiro / soldador	militar / caldeireiro	caldeireiro / caldeireiro / trabalhador
		ajudante de caldeireiro / ajudante de motorista	trabalhador / trabalhador / serralheiro / operário / trabalhador	caldeireiro/ajudante de caldeireiro
		ferroviário / trabalhador	marceneiro / trabalhador	trabalhador / trabalhador / tecelão / trabalhador
		ajudante de serralheiro / ajudante de caldeireiro	forjador mecânico / forjador mecânico / forjador	condutor de carroças / trabalhador
		proprietário / comerciante	operário / barbeiro	segundo cabo da GNR / segundo cabo da Guarda Republicana / soldado da GNR
	Rua F. Sousa	empregado no comércio / trabalhador / trabalhador	manufactor de calçado / sapateiro / sapateiro	trabalhador / empregado na Alfândega / empregado na Alfândega
		militar / caldeireiro	oleiro / trabalhador	caldeireiro / ajudante de caldeireiro
		polícia / agente de polícia	descarregador / trabalhador	manufactor de calçado / sapateiro
		trabalhador / serralheiro	caldeireiro / trabalhador	ajudante de caldeireiro / caldeireiro
		padeiro / manipulador de pão / manipulador de pão / padeiro	ferreiro / ajudante de caldeireiro	caldeireiro / cravador
		empregado no comércio / ajudante de motorista	empregado no comércio / contínuo	ajudante de caldeireiro / trabalhador
		serralheiro naval / serralheiro	primeiro artilheiro da Armada / marinheiro	marítimo / estivador

Fonte: Registos paroquiais, 1900-1910, e civis, 1930-1939.

exemplos nominativos. Em 1900, o senhor Paulo Freire, morador da Rua da Cruz, baptiza o seu filho.⁶ Declara exercer a profissão de trabalhador. Dois anos mais tarde, no dia do baptismo da sua filha, Paulo Freire declara a profissão de carroceiro. Em 1905, na ocasião do baptismo de uma segunda filha, declara ainda ser carroceiro. Perdemos depois o rasto desta família. O percurso profissional de Paulo Freire durante aqueles cinco anos não levanta muitas interrogações. Provavelmente, depois de ter exercido actividades pouco qualificadas, Paulo Freire conseguiu obter o reconhecimento de uma qualificação particular, apesar de relativamente modesta. Posteriormente, entre 1902 e 1905, a sua situação profissional estabiliza-se e a declaração não muda.

É mais difícil reconstituir os percursos de dois outros moradores da Rua da Cruz. Em 1904 e 1905, Fernando Carmo baptiza duas filhas. Nas duas ocasiões, declara ser empregado no caminho-de-ferro ou nos caminhos-de-ferro. Em 1908, Fernando Carmo é apenas trabalhador. O declínio parece dramático para esta família. Em três anos, o pai passa do estatuto relativamente privilegiado — empregado de uma companhia importante — à posição de simples trabalhador sem estatuto nem qualificação. Várias hipóteses podem ser formuladas: um acidente num percurso profissional individual ou uma sobreavaliação da situação nas duas primeiras declarações. É o mesmo tipo de interrogação que levanta o caso de Jacinto Fomes: ajudante de serralheiro, em 1906, e trabalhador, em 1908. Houve uma perda de qualificação e desclassificação profissional ou sobreavaliação da situação no momento da primeira declaração?

Nos anos 30, as situações e os percursos profissionais parecem ainda mais complexos. As declarações instáveis são mais numerosas. O acto declarativo dificilmente acompanha o processo de diversificação das qualificações técnicas ou dos estatutos ocupacionais. Encontramos o mesmo tipo de hesitação em volta de qualificações reivindicadas, ou não. Mas observamos também passagens por universos profissionais completamente diferentes. É o caso de Carlos Cardoso, morador na Rua da Cruz, que declara exercer a actividade de marceneiro, em 1930, condutor de automóveis, em 1934, e de trabalhador, em 1935.

Na retaguarda destas sequências detectamos a existência de fenómenos muito diversos ligados, de uma maneira ou de outra, às mobilidades ou instabilidades profissionais. Mas o nosso objectivo não é, por enquanto, interrogar-nos sobre os estatutos ocupacionais dos indivíduos do nosso corpus, mas sim sobre a imagem ou a representação que dão através das declarações. As sequências do quadro 1 deixam transparecer os usos aproximativos de alguns termos, como ajudante ou trabalhador. A aparição da declaração “trabalhador” depois de uma primeira declaração que faz referência a uma qualificação pode testemunhar uma instabilidade profissional. No entanto, aproximando os universos dos trabalhadores e das profissões qualificadas, estes casos ilustram, também, as diferenças de valor que pode ter uma mesma declaração. É particularmente verdade quando as ocupações em questão estão tradicionalmente associadas a práticas identitárias intensivas,

6 Os apelidos e os nomes foram modificados.

Quadro 2 Índice de estabilidade das declarações mais frequentes, 1930-1939

Profissões	%
Descarregador	0,0
Pedreiro	0,0
Carpinteiro	0,0
Marítimo	0,1
Estivador	0,2
Trabalhador	0,2
Operário	0,3
Sapateiro	0,3
Empregado no comércio	0,3
Serralheiro	0,3
Caldeireiro	0,4
Ajudante de caldeireiro	0,8

Nota: por “declarações mais frequentes” entende-se pelo menos quatro ocorrências, nas declarações controláveis.

Fonte: Registos paroquiais, 1900-1910, e civis, 1930-1939.

ocupações que ainda nos anos 30 podem ser vistas como verdadeiros “ofícios”. Declarar um ofício nos registos civis não significa porém exercê-lo durante a vida toda. Se algumas declarações reflectem uma real estabilidade profissional e indicam a inserção em o que é “*o quadro privilegiado que se faz desenrolar toda a ascensão de uma vida*” (Lequin, 1986), outras, pelo contrário, podem ser apenas o rasto de uma actividade precária, mais ou menos efémera, e que, para todos os efeitos, não garante necessariamente um futuro e um “bom lugar” na sociedade.

Podemos ir mais longe no nosso raciocínio e tentar ver quais são as denominações profissionais que conhecem mais flutuações. Para as declarações mais frequentes durante o período 1930-1939, construímos indícios de estabilidade. Seguimos uma metodologia apropriada, tendo em conta o tamanho restrito do nosso corpus.⁷ Estes indícios figuram no quadro 2. Vão de 0 a 1, por ordem crescente de instabilidade. O exercício tem o inconveniente de confundir dois fenómenos muito diferentes. Os indícios não fazem a distinção entre o que tem a ver com a instabilidade ocupacional e o que decorre da instabilidade das denominações profissionais.⁸ No entanto, os dados recolhidos permitem sublinhar diferenças na estabilidade das declarações em função dos sectores de actividade. Rompendo com a tradição do sistema de ofício, os modos de produção adoptados por alguns sectores de actividade favorecem a flutuação das denominações. Nestes resultados, o fenómeno mais marcante é a forte instabilidade das declarações ligadas ao sector da metalurgia (serralheiro e, sobretudo, caldeireiro e ajudante de caldeireiro). Estas profissões, tradicionalmente associadas a um forte sentimento indentitário

7 Este indício corresponde ao rácio entre o número de vezes que uma declaração dada aparece numa sequência de declarações instáveis e a frequência global desta mesma declaração no corpus (Vidal, 2003: 292-295).

8 Os nossos comentários fazem eco a um estudo muito mais abrangente de Laurent Thévenot, de que alguns resultados são apresentados por Desrosières e Thévenot (1988: 36-39).

veiculado, entre outros, pelo activismo militante, caem aqui numa zona mais indecisa do espaço social. Pelo contrário, as profissões como descarregador, pedreiro ou carpinteiro encontram-se mais enraizadas nas identidades sociais em curso em Alcântara, nos anos 30.

Profissão, ofício, estatuto

Até agora interessou-nos o acto declarativo. Fizemos uma distinção um pouco artificial, e esperamos provisória, entre a declaração e a ocupação efectiva. Obviamente, era ilusório pensar que íamos conseguir resolver a questão da falta de precisão destas declarações. Uma boa parte das informações sobre as ocupações profissionais dos homens que moravam na Rua da Cruz e na Rua Feliciano de Sousa, no início do século XX, fica definitivamente perdida. Apenas um cruzamento entre várias fontes permitiria captar com mais justeza as situações individuais: fontes demográficas como os registos civis, mas também fontes empresariais, para analisar os processos de construção dos estatutos e das identidades ocupacionais nos contextos mais indicados, isto é, nos contextos de trabalho.

Esquecendo momentaneamente os casos particulares dos habitantes destas duas ruas de Alcântara, podemos tentar focar rapidamente algumas características destes contextos de trabalho. Na historiografia existe agora um vasto conjunto de textos que se debruçam sobre a evolução da organização e do funcionamento das oficinas, das fábricas ou dos escritórios. A atenção dada às carreiras profissionais e às hierarquias internas ao mundo do trabalho conduziu a distinguir claramente as qualificações — que correspondem a um momento de formação — dos saber-fazer ou ofícios — um conhecimento prático que pode ser adquirido directamente em contexto de trabalho. Os estatutos definidos por textos — leis, convenções — não possuem o mesmo valor que as funções, ligadas aos modos de organização próprios a cada empresa (Lequin e Vandecasteele, 1990). Sociólogos americanos sublinharam o papel central da técnica na definição das formas de trabalho, uma definição que se faz, essencialmente, com base na noção de *skill*. Todavia outra corrente de pensamento — *deskilling theory* — criticou a ideia de determinismo tecnológico, dando especial relevo à componente relacional da definição do *skill*.⁹ Foi evidenciada a existência de um processo de construção social da qualificação/competência (*social construction of skill*). O grau de reconhecimento de cada qualificação está sempre em via de ser renegociado em função dos contextos sociais ou políticos, mais do que dos técnicos.

Em Portugal o mundo do trabalho foi sobretudo descrito com base na ideia da permanência do “sistema de ofício” que impõe, pelo menos até metade do século XX, as suas estruturas, o seu modo de produção e as suas práticas sociais: a importância do saber-fazer, um tipo de produção unitário, a forte identificação entre o operário e a produção, o papel importante da aprendizagem, a capacidade de

9 Para um balanço sobre este campo de investigação, ver Vallas, (1990). Neste número ver especialmente Steinberg (1990: 449-482).

decisão profissional e um certo reconhecimento social (Freire, 1992). As listas de declarações profissionais recolhidas nos registos paroquiais e civis podem enquadrar-se neste modelo. Procurámos no entanto refinar a nossa grelha de leitura.

O estudo da construção das identidades ocupacionais num meio como o de Alcântara implica reunir documentos que informam sobre os modos de organização do trabalho. Em Lisboa raros são ainda os arquivos empresariais acessíveis aos historiadores. Baseamos então a nossa análise em três tipos de fontes: os resultados de um “inquérito às profissões” efectuado pelo Instituto de Orientação Profissional de Lisboa, no final dos anos 20;¹⁰ uma publicação do Instituto Nacional de Estatística sobre as taxas de remuneração de trabalho oficialmente estabelecidas entre 1934 e 1944, isto é, nos dez anos a seguir ao estabelecimento do Estatuto do Trabalho Nacional (INE, 1945); vários documentos que tratam da organização interna da companhia Carris na primeira metade do século XX (publicação no Diário do Governo e relatórios internos) (Vidal, 2003: 298-351).

Deste breve percurso nos universos profissionais lisboetas da primeira metade do século XX guardamos duas grandes ideias. Nesta época, o tipo de produção e a natureza do tecido industrial implicam, geralmente, uma especialização limitada das profissões. Este contexto reflecte-se, em particular, na fraca diversidade da nomenclatura ocupacional vulgarmente utilizada, nomeadamente no sector da metalurgia mas também em domínios mais novos na época, como a manutenção de instalações eléctricas ou a condução de veículos. Uma especialização em tarefas leva raramente à formação de identidade profissional específica que se manifesta pelo uso comum de uma denominação apropriada. Em muitos sectores a paisagem ordena-se em torno de algumas profissões-chaves que reencontramos em vários espaços de produção. Estes podem, no entanto, ter adoptado modos de organização do trabalho bastante diferentes: a pequena oficina independente, a grande fábrica, a oficina de manutenção de uma companhia como a Carris.

O segundo ensinamento dá uma outra imagem das formas de assalariamento em Lisboa nesta época. Domina uma impressão de grande diversidade e complexidade dos estatutos. Mais que a natureza do “ofício”, é o tipo de “emprego” que define claramente a posição social. Todos os sectores de actividade estão afectados por esta evolução. Tivemos no entanto dois pontos de observação mais específicos: as novas profissões que aparecem neste período, como electricista ou motorista, para as quais a natureza do emprego se afirma como um elemento essencial na definição das identidades sociais; a organização interna da companhia Carris e, sobretudo, das suas oficinas de Santo Amaro. Nos anos 40, a Carris empregava mais de 4000 pessoas. Até aos anos 50, nas oficinas de Santo Amaro, trabalharam várias centenas de pessoas, na construção e na manutenção dos eléctricos. Os serralheiros, os caldeireiros, os electricistas que faziam parte do quadro do pessoal da Carris tinham, tal como os condutores dos veículos, direito a numerosas regalias. Alguns — quais? isto fica para ser estudado — tinham possibilidade de fazer carreira no

10 Dois tipos de fontes foram estudados: as publicações e o boletim do IOP no início dos anos 30; o arquivo do instituto depositado no IAN-TT.

seio da companhia com base em tabelas estritamente definidas. O exemplo da companhia Carris é sem dúvida paradigmático da diversidade das formas de emprego em Lisboa na primeira metade do século XX. Não é o único, como o testemunham as taxas de remuneração publicadas pelo INE em 1945. Num meio urbano como o de Alcântara, o ofício pode ter um papel importante na construção das identidades individuais, mas já estamos numa época onde o importante é ter um bom “emprego” (Lequin, 1986). Finalmente, nesta matéria, o contexto português não se afasta muito dos outros contextos europeus.

O controlo

Temos agora elementos para formalizar melhor a nossa hipótese de base. Ficamos com a ideia de que, num meio social como o de Alcântara, o tipo de estatuto ocupacional determina ou influencia as posições individuais dentro do jogo relacional local. O grau de proximidade ou de distância entre os indivíduos ou entre as famílias pode estabelecer-se em função das pertenças socioprofissionais. As várias leituras que fizemos das listas de declarações permitem clarificar esta hipótese, introduzindo dois níveis de distinção das ocupações: o grau de qualificação e o tipo de emprego. Obviamente, continuamos a estar dependentes da natureza da nossa fonte de informação sobre as situações individuais. Todavia podemos agora proceder a uma leitura mais complexa destas listas de declarações. Elementos como o nome do empregador, até agora pouco valorizados por serem pouco frequentes, passam a ser essenciais. Com base apenas nestes indícios parcelares e díspares, as declarações masculinas podem ser classificadas em três categorias segundo critérios estabelecidos *in situ*:

- as ocupações não qualificadas: trata-se essencialmente da declaração “trabalhador”;
- as ocupações que necessitam de uma qualificação: temos que reconhecer que esta categoria fica mal definida — não podemos distinguir os ofícios muito qualificados das tarefas especializadas mas que não necessitam de qualificação especial;
- os empregos: são as ocupações que correspondem a um “emprego”, garantindo estatuto específico; dois tipos de declaração foram classificados nesta categoria: quando o empregador é declarado (no caso das declarações “empregado da CUF” ou “da Carris”, por exemplo), ou quando não há dúvida sobre a sua identidade (quando se trata, por exemplo, de empregados da função pública, da polícia, do exército, ou de declaração como “condutor de eléctrico”).

Para controlar a nossa hipótese, temos de nos debruçar sobre as práticas relacionais dos casais que moravam na Rua da Cruz e na Rua Feliciano de Sousa, no início do século XX. Os registos de baptismo e de nascimento mencionam a identidade dos padrinhos das crianças. Com esta informação podemos deduzir o tipo de relação que tinha cada casal e a sua posição neste meio social. Procedemos a uma

Quadro 3 Lógicas relacionais, 1900-1910 e 1930-1939

Período	Padrinho	Pais		
		Sem qualificação	Qualificado	Emprego
1900-1910	Sem qualificação	53,2	31,0	15,2
	Qualificado	30,4	59,3	42,4
	Emprego	16,4	9,7	42,4
	Total	100,0 (214)	100,0 (248)	100,0 (59)
1930-1939	Sem qualificação	35,7	7,1	2,1
	Qualificado	54,0	79,7	62,5
	Emprego	10,3	13,2	35,4
	Total	100,0 (126)	100,0 (310)	100,0 (48)

Fonte: Registos paroquiais, 1900-1910, e civis, 1930-1939.

aproximação entre uma ligação de afinidade e uma ligação social. Esta abordagem baseia-se numa característica bem conhecida das relações sociais, a homofilia da maior parte das relações de afinidade (Elias, 1991: 167). Considera-se geralmente, e as observações no terreno confirmam, que as amizades ou os casamentos testemunham a coesão dos grupos sociais; estes podem estar definidos, por exemplo, com base em critérios profissionais, de fortuna ou de nível escolar... Mais uma vez progredimos com a ajuda de indícios presentes de forma ocasional em documentos de natureza fundamentalmente demográfica e não social. A utilização de tais indícios para a reconstituição de elos de ligações sociais suscitou numerosos questionamentos. Às vezes informações similares chegaram a ser interpretadas de formas radicalmente diferentes: uma proximidade entre dois indivíduos, ou uma marca de hierarquia e uma distância implícita (Sewell, 1985; Dupâquier e Kessler, 1992; Gribaudi, 1995; Hontebeyrie e Rosental, 1998). O facto de trabalhar a partir de uma relação de compadrio implica uma maior prudência. As relações entre os pais e os padrinhos podem ser interpretadas como uma ligação informal inscrita numa rede de interconhecimentos. Pelo contrário, podem ser vistas como o produto de uma prática secular formalizada em correspondência mais ou menos directa com a tradição cristã. Nesta fase da investigação não entramos neste debate. Consideramos que a relação pai / padrinho marca uma proximidade e dá um bom exemplo do modo de estruturação do meio alcantarense.

O quadro 3 fornece uma leitura das lógicas relacionais existentes entre os habitantes dessas duas ruas de Alcântara. Segundo este modo de observação, as práticas relacionais distinguem-se em função do tipo de ocupação dos pais e dos padrinhos. Estes resultados confirmam o papel do estatuto ocupacional na configuração das relações sociais. Existe, pois, uma nítida diferença de comportamentos entre os pais segundo o estatuto ocupacional. Estas características das práticas relacionais denunciam a constituição de hierarquias cujo o efeito mais óbvio, visível a uma escala microlocal, é o relativo afastamento dos indivíduos que declararam

ocupação não qualificada. A proporção mais alta de padrinhos sem qualificação encontra-se do lado dos pais sem qualificação. Os pais que declaram um emprego afastam-se dos padrinhos sem qualificação. A tentativa é grande de estabelecer uma hierarquia que vai dos indivíduos sem qualificação aos que têm emprego, passando pelos indivíduos que declaram uma qualificação. Esta proposta seria globalmente conforme com a nossa observação. O meio social estudado estruturava-se, em grande parte, em redor dos estatutos ocupacionais. Contudo os factores mais relevantes não são apenas de ordem técnica, como o ofício ou o nível de qualificação. As formas de emprego ou as definições contratuais ou jurídicas dos estatutos ocupacionais têm também uma influência notável sobre a estruturação do social. Este fenómeno é particularmente posto em evidência na década de 1900.

Todavia identificam-se nas margens práticas que fogem deste modelo. A posição incerta dos indivíduos que declaram uma qualificação pode ser interpretada como uma consequência da ambiguidade da definição que adoptámos para esta categoria. Nos anos 30 a categoria “ocupação qualificada” é provavelmente demasiado abrangente. Uma boa parte destas declarações podem corresponder no final a um “emprego”. Isto pode ser uma explicação para a percentagem elevada de pais que declaram um “emprego” e estão em relação com padrinhos que fizeram valer uma simples “qualificação”. Talvez a nossa fonte não permitisse detectar o verdadeiro estatuto ocupacional destes indivíduos. Contudo um outro facto parece mais estabelecido. Nos dois períodos, uma proporção significativa de pais “sem qualificação” têm relações com padrinhos que declaram um “emprego”. Estes comportamentos contrariam a nossa hipótese, atestando a existência de formas de estruturação das relações sociais independentes dos estatutos ocupacionais. Ilustram as possibilidades de abertura dos espaços relacionais, mesmo para indivíduos ou casais que têm estatutos *a priori* desvalorizados. Estes comportamentos salientam o papel de outros elementos de definição das posições e das identidades sociais. Para além do estatuto ocupacional, as lógicas relacionais e as formas de estruturação deste meio social devem ser estudadas também em função, por exemplo, dos percursos residenciais, dos modos de relação com a cidade ou das práticas matrimoniais.

Apontamentos finais

Este artigo tinha por objectivo expor uma metodologia de tratamento de uma fonte pobre que, *a priori*, oferecia poucas perspectivas para uma abordagem em história social. Apesar de ter percorrido apenas uma parte do caminho, chegámos a uma visão deste meio social bastante diferente das imagens tradicionalmente erguidas quando se falava de Alcântara no início do século XX: a do subúrbio operário, lugar dedicado à produção industrial, onde populações pouco diversificadas se amontoavam; ou, um pouco mais tarde nos anos 30, a do bairro popular, conservatório de memórias e de tradições locais (Mazzella, 1996).

No início do século XX, um meio como o de Alcântara não corresponde de facto a um agrupamento de populações indiferenciadas. É um meio social

tipicamente urbano, no sentido em que é um espaço social dinâmico sempre em transformação, como o prova a diversidade das situações e dos percursos individuais e familiares. A esta escala de observação, aparecem factores que contribuem para aproximar ou afastar indivíduos ou grupos de indivíduos. A leitura que fizemos das listas de declarações feitas nos registos paroquiais e civis põe nitidamente em evidência a existência de tais factores. Partimos de informações isoladas — as declarações — que foram colocadas em vários contextos: as situações e os percursos individuais com o estudo das declarações múltiplas; as condições de definição dos estatutos socioprofissionais em Lisboa durante a primeira metade do século XX; os contextos relacionais com a análise do elo de ligação entre os pais e os padrinhos. Chegámos a uma imagem de um meio social bastante estruturado mas também aberto, onde existem margens de liberdade e tentativas de alargamento dos “campos dos possíveis”, sobretudo no início do século XX. Todavia a opção de analisar o papel de um factor que apesar de ser decisivo permanece isolado, conduziu a um insucesso relativo. Apenas a análise de combinações de factores e das interações entre estatutos ocupacionais e percursos individuais permite progredir no estudo deste meio urbano.

Referências bibliográficas

- Abbott, Andrew (1999), *Department and Discipline: Chicago Sociology at One Hundred*, Chicago, University of Chicago Press.
- Backouche, Isabelle, e Sandrine Kott (orgs.) (2002), “L’individu social”, *Genèses*, 47.
- Blum, Alain, e Maurizio Gribaudi (1990), “Des catégories aux liens individuels: l’analyse statistique de l’espace social”, *Annales ESC*, 6, pp. 1365-1402.
- Blum, Alain, e Maurizio Gribaudi (1993), “Les déclarations professionnelles: pratiques, inscriptions, sources”, *Annales ESC*, 4, pp. 987-995.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le Sens Pratique*, Paris, Editions de Minuit.
- Boureau, Alain, e Daniel S. Milo (orgs.) (1991), *Alter-Histoire: Essais d’Histoire Expérimentale*, Paris, Les Belles Lettres.
- Chapoulie, Jean-Michel (2001), *La Tradition Sociologique de Chicago, 1892-1961*, Paris, Seuil.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Desrosières, Alain, e Laurent Thévenot (1988), *Les Catégories Socioprofessionnelles*, Paris, Éditions La Découverte.
- Dupâquier, Jacques, e Denis Kessler (1992), *La Société Française au XIX^e siècle*, Paris, Fayard.
- Durkheim, Émile, e Marcel Mauss (1903), “De quelques formes primitives de classification”, *Année Sociologique*, 6.
- Elias, Norbert (1991), *Qu’est-ce que la Sociologie?*, La Tour d’Aigues, Éditions de l’Aube (Was ist Soziologie?, 1970).
- Freire, João (1992), *Anarquistas e Operários: Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento.
- Gribaudi, Maurizio (1995), “Les discontinuités du social: Un modèle configurationnel”, em Bernard Lepetit (org.), *Les Formes de l’Expérience: Une Autre Histoire Sociale*, Paris, Albin Michel, pp. 187-225.

- Guerreau, Alain (1993), "À propos d'une liste de fréquences des dénominations professionnelles dans la France du XIX^e siècle", *Annales ESC*, 4, pp. 979-986.
- Hohenberg, Paul M., e Lynn Hollen Lees (1995), *The Making of Urban Europe 1000-1994*, Cambridge/Londres, Harvard University Press.
- Hontebeyrie, Juliette, e Paul-André Rosental (1998), "Ségrégation sociale de l'espace et dynamiques longues de peuplement: la rue Wacquez-Lalo à Loos (1866-1954)", em Yves Grafmeyer e Francine Dansereau (orgs.), *Trajectoires Familiales et Espaces de Vie en Milieu Urbain*, Lyon, PUL, pp. 73-100.
- INE (1945), *Taxas de Remuneração de Trabalho Oficialmente Estabelecidas, 1934-1944*, Lisboa, INE.
- Lequin, Yves (1986), "Le métier", em Pierre Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 3 (2), pp. 377-419.
- Lequin, Yves, e Sylvie Vandecasteele (1990), "Pour une histoire sociale de l'entreprise", em *L'Usine et le Bureau: Itinéraires Sociaux et Professionnelles dans l'Entreprise, XIX^e et XX^e siècles*, Lyon, PUL/Centre Pierre Léon, pp. 5-17.
- Mazzella, Sylvie (1996), "La ville-mémoire: quelques usages de la mémoire collective de Maurice Halbwachs", *Enquête*, 4, pp. 177-189.
- Milo, Daniel S. (1991), *Trahir le Temps (Histoire)*, Paris, Les Belles Lettres.
- Motte, Claude, e Jean-Pierre Pelissier (1992), "La binette, l'aiguille et le plumeau: les mondes du travail féminin", em Jacques Dupâquier e Denis Kessler (orgs.), *La Société Française au XIX^e siècle*, Paris, Fayard, pp. 237-319.
- Rémy, Jean (1998), "Les sociabilités urbaines: effets de milieu et trajectoires sociales", em Yves Grafmeyer e Francine Dansereau (orgs.), *Trajectoires Familiales et Espace de Vie en Milieu Urbain*, Lyon, PUL, pp. 501-521.
- Ricœur, Paul (2000), *La Mémoire, l'Histoire et l'Oubli*, Paris, Seuil.
- Sewell, William H. (1985), *Structure and Mobility: The Men and Women of Marseille, 1820-1870*, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Souchard, Nadine (1995), "Déclarations des professions et structure sociale: les salariés de l'industrie laitière en Bretagne orientale (1891-1936)", *Genèses*, 18, pp. 97-109.
- Steinberg, Ronnie J. (1990), "Social construction of skill: gender, power and comparable worth", em Steven Peter Vallas (org.), "The meaning and measurement of skill", *Work and Occupations* (numéro especial), 17 (4), pp. 449-482.
- Topalov, Christian (2003), "Écrire l'histoire des sociologues de Chicago", *Genèses*, 51, pp. 147-159.
- Vallas, Steven Peter (org.) (1990), "The meaning and measurement of skill", *Work and Occupations* (numéro especial), 17 (4).
- Vidal, Frédéric (2003), *Les Habitants d'Alcântara au Début du XX^e Siècle: Identités, Proximités et Distances Sociales dans un Quartier Industrialisé de Lisbonne*, tese de doutoramento em história, Université Lumière Lyon 2.

Resumo/ Abstract/ Résumé/ Resumen

Factores de diferenciação social em Alcântara no início do século XX: a análise de uma lista de declarações profissionais

Será que é possível reconstituir formas de estratificação social com base em registos paroquiais e civis? Utilizando dados de um estudo sobre os habitantes do bairro de Alcântara em Lisboa no início do século XX, este artigo propõe discutir a hipótese da centralidade do papel do estatuto ocupacional na elaboração de factores de distinção entre indivíduos ou grupos de indivíduos. O exame e a contextualização dos modos de declaração das profissões permitem a reformulação da hipótese, destacando o interesse da análise das interações entre factores de distinção social (estatuto ocupacional e percurso residencial, por exemplo).

Palavras-chave Profissão, cidade, estratificação social, registo civil.

Factors of social differentiation in Alcântara at the beginning of the 20th century: an analysis of a list of declarations of occupation

Is it possible to reconstitute forms of social stratification by means of registers of birth and baptism? Using data from a study of the inhabitants of the Alcântara neighbourhood in Lisbon at the turn of the 20th century, this article proposes to argue that occupational status plays a dominant role in the development of factors of distinction between individuals or groups of individuals. However, a close examination of the way occupational status is self-designated leads to a reformulation of the hypothesis in which greater emphasis must be placed on the interaction between social factors of distinctions (occupational status and residential mobility, for example).

Key-words Occupation, city, social stratification, civil registry.

Facteurs de différenciation sociale à Alcântara au début du XX^e siècle: l'analyse d'une liste de déclarations professionnelles

Est-il possible de reconstituer des formes de stratification du social à partir des registres de l'état civil ? En utilisant des données issues d'une étude sur les habitants du quartier d'Alcantara à Lisbonne au début du XX^e siècle, cet article propose de tester l'hypothèse du rôle prépondérant du statut professionnel dans l'élaboration de facteurs de distinction entre individus ou groupes d'individus. L'examen minutieux et la mise en contexte des modes de déclaration des professions incitent à reformuler l'hypothèse, soulignant l'intérêt d'analyser les interactions entre facteurs de distinction sociale (statuts occupationnels et parcours résidentiels par exemple).

Mots-clé Profession, ville, stratification sociale, registre civil.

*Factores de diferenciación social en Alcántara en el inicio del siglo XX:
análisis de un registro de declaraciones profesionales*

¿Será posible reconstruir formas de estratificación social basadas en registros parroquiales y civiles? Utilizando datos de un estudio sobre los habitantes del barrio de Alcántara en Lisboa en el inicio del siglo XX, este artículo discute la hipótesis de la centralidad del papel del estatuto ocupacional en la elaboración de factores de distinción entre individuos o grupos de individuos. El examen y la contextualización de los modos de declaración de las profesiones permiten la reformulación de la hipótesis, destacando el interés del análisis de las interacciones entre factores de distinción social (estatuto ocupacional e itinerario residencial, por ejemplo).

Palabras-clave Profesión, ciudad, estratificación social, registro civil.